

Recebido em: 31/08/2023  
Aprovado em: 14/09/2023  
Publicado em: 17/10/2023

[TRADUÇÃO]

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DAS IDEIAS E DOS EVENTOS  
NOS TEMPOS MODERNOS

tomo primeiro

Por

Augustin Cournot

Tradução

Jade Oliveira Chaia<sup>1</sup>

([jade\\_joc@hotmail.com](mailto:jade_joc@hotmail.com))

Michelly Alves Teixeira<sup>2</sup>

([michellyteixeira@hotmail.com](mailto:michellyteixeira@hotmail.com))

Rogério Santos dos Prazeres<sup>3</sup>

([pleinementperdu@yahoo.fr](mailto:pleinementperdu@yahoo.fr))

---

**Resumo:** Trata-se da tradução do capítulo sétimo (*De la Scolastique*) e do capítulo oitavo (*De la féodalité*) da obra *Considérations sur la Marche des idées et des événements dans les temps modernes* (1872), de Augustin Cournot. A tradução da presente obra foi realizada por integrantes do Grupo de Tradução do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília, coordenado pelo professor doutor Philippe Lacour. O grupo se propõe a traduzir regularmente obras de filosofia francesa ainda inéditas em língua portuguesa e disponibilizá-las em periódicos de acesso livre. O trabalho de tradução é produzido de maneira colaborativa através da plataforma digital *TraduXio* (<https://traduxio.org/>).

**Palavras-chave:** TraduXio. Filosofia Francesa. Augustin Cournot.

---

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6256651921407653>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7615-5610>.

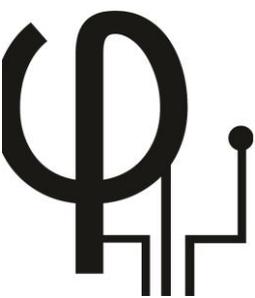
<sup>2</sup> Doutoranda em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6860370367827142>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0842-8824>.

<sup>3</sup> Doutorando em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9968534459655729>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5513-786X>.



**LIVRO PRIMEIRO****Prolegômenos****CAPÍTULO SÉTIMO****DA FORMAÇÃO DAS LÍNGUAS E DAS LITERATURAS MODERNAS**

Em geral a história das línguas, e mais particularmente a história das línguas da grande família à qual pertencem nossos idiomas europeus, progrediu rapidamente em nossos tempos. Agora sabemos distinguir isto que nas línguas é o produto de uma espécie de vegetação ou instinto, e os efeitos de uma cultura artificial, da mesma forma como distinguimos botânica e a horticultura. Nós nos contentamos aqui em indicar a analogia, exceto para discutir seu significado e escopo em outro lugar. A linguística, como é chamada, abarca a universalidade das línguas, e de preferência aquelas em que o império de uma civilização menos avançada interfere menos no jogo espontâneo das forças naturais: enquanto os fatos mais delicados e fugazes manifestados pela cultura de alguns idiomas escolhidos, são o objeto do que é chamado ou deveria se chamar filologia.

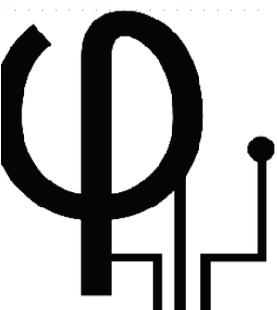
Mesmo no seio de uma civilização muito avançada, a língua popular, a língua do instinto, aquela que pode ser qualificada de francamente viva, não se confunde absolutamente com a linguagem literária ou culta. Há razões para acreditar que em todos os tempos o latim da plebe romana diferia sensivelmente do latim clássico cujos monumentos chegaram até nós, e que era falado por aristocratas e belos espíritos. O inglês que se ouve nas ruas de Londres não é tanto misturado com palavras normandas quanto o inglês de livros, jornais e boa companhia. Nós temos em francês, além de uma série de palavras que o povo ouve, mas que nunca usa, nosso “imperfeito do subjuntivo” que bem pertencem a língua culta, que a gramática impõe, mas que o ouvido do povo rejeita, e cujo uso na conversação familiar, mesmo entre pessoas educadas, não está isento de qualquer afetação desagradável. Isso significa que essas formas gramaticais são mantidas apenas artificialmente, que não pertencem mais ou nunca pertenceram à parte viva da língua: de modo que, se o gramático deixasse sua regra cair por um momento, eles desapareceriam imediatamente da língua, como desapareceram sucessivamente de todas as línguas formas e terminações que, em tempos anteriores, eram uma parte essencial de sua estrutura.

Por um lado, de fato, as línguas tendem a simplificação de suas formas gramaticais, pelo menos aquelas que possuíam na plenitude de sua juventude, depois que o instinto havia extraído do fundo primitivo tudo o que lhe poderia extrair. Ocorre então uma espécie de poda de sua vegetação original e espontânea, que se volta para o proveito de suas funções puramente lógicas, porque a utilidade da forma torna-se a medida de sua persistência e porque, enquanto as impressões sensíveis permanecem afetadas pela indeterminação e pelo vagar, as ideias tornam-se mais precisas fixas. Assim, forma do duelo desaparecerá primeiro, porque logicamente a pluralidade se opõe à unidade tanto para o número dois quanto por um número maior, embora o número dois se apodere mais da imaginação quando a imaginação está em jogo e, como tal, primeiro teve sua própria forma gramatical.

Por outro lado, as línguas (falamos sempre das línguas regidas principalmente pelo instinto popular) tornam-se mais ramificadas e diversificadas à medida que as populações que as falam se dispersam e se confinam. As modificações graduais primitivas, devidas principalmente à influência do meio, não são as mesmas aqui e ali; os empréstimos e misturas devido as comunicações de vizinhança dizem respeito a coisas diferentes; finalmente, a poda acima mencionada elimina aqui uma porção da bagagem primitiva de raízes e formas, e ali outra. De modo que, após o desbaste feito e o aumento da vegetação que causa nos órgãos ou vertentes preservados, a aparência externa mudou e um estudo cuidadoso é necessário para manifestar as analogias fundamentais e a identidade de origem. Mas também, por meio de tal estudo, será possível restaurar o fundo primitivo o suficiente para obter uma ideia bastante exata das ideias, necessidades, costumes e modo de vida das populações de mesma estirpe, antes de sua separação e dispersão.

No entanto, devemos esperar que a ação das causas naturais de transformação e de cisão diminuirá gradualmente de intensidade e incidirá sobre detalhes de importância decrescente: que na história natural é o fundamento da classificação dos tipos orgânicos. Parece também que na França, por exemplo, nossos *patois* rústicos quase não mudaram por três séculos, ou mudou muito menos do que o francês cultivado mudou nesse meio tempo. Para que possamos tirar partido do corte no deciframento dos hieróglifos, o dialeto do *fellah* egípcio deve ter passado por uma sucessão muito longa de séculos sem mudanças muito notáveis.

Em geral, as línguas populares, justamente por que elas são populares, deixam poucos monumentos de sua história, e por mais interessante que essa história seja em si mesma, somos obrigados a nos ocuparmos em dar preferência às línguas que



se modificaram mais artificialmente, sob a dupla influência de civilização progressiva e cultura literária. Ora, embora em nenhuma parte dificilmente podemos conceber civilização sem a literatura, é conveniente distinguir entre a influência que a civilização exerce sobre a língua e o movimento próprio da civilização, e aquilo que está direta ou imediatamente relacionado com a cultura literária.

Mesmo na falta de modelos literários, o progresso da civilização tenderia a fixar a língua. Tudo o que vive está sujeito à velhice e à morte; as coisas que são das primícias da civilização propriamente dita, como as ciências, como a indústria, não comportam o progresso indefinido, a duração indefinida, porque a civilização se esforça em se apegar a todas as coisas para se fixar, para precisar, para interromper as combinações ulteriores. As línguas são forçadas a se adaptar a essa tendência geral. À medida que elas se fixam, elas perdem a própria vida, o órgão se torna um instrumento; e é por isso que elas escapam à lei fatal dos organismos vivos, tornando-se capazes de durar enquanto causas externas não variam em sua estrutura e não a decompõem em suas partes essenciais. Ora, o estado de civilização avançada torna essa decomposição impossível, justamente porque as línguas são instrumentos dos quais não podemos prescindir, que delas nos servimos continuamente, devendo ser cuidadosamente mantidas, pois não podemos fabricá-los do nada todas as suas peças, como uma vestimenta, uma arma ou uma ferramenta ordinária qualquer, e que a formação da primeira trama da linguagem é uma obra do instinto, um trabalho orgânico, incompatível com as condições de uma civilização avançada, que são, ao contrário, muito adequadas para manter e conservar o instrumento já construído. O mero vocabulário da ciência e da indústria exigiria a confecção de dicionários onde cada um pudesse encontrar a palavra que precisa, buscar o significado da palavra desconhecida que encontra, mesmo que neste dicionário se tenha que negligenciar absolutamente a produção das autoridades em matéria de bela linguagem. Seriam necessárias escolas primárias para ensinar, mesmo aos trabalhadores, os elementos de gramática e ortografia, de maneira que eles pudessem se fazer compreendidos rigorosamente, falando e escrevendo. Tudo isso, sem dúvida, não impediria que as línguas continuassem se modificando, de se enriquecer e de se retificarem em certos aspectos, empobrecer e de se corromperem em outros, de perderem as expressões idiomáticas que as singularizam e adotarem expressões ou peculiaridades estrangeiras de falar uma frase. As palavras sem necessidade, cuja necessidade já não se faz mais sentidas, desapareceriam do vocabulário, e outras seriam introduzidas, correspondentes a novas ideias, a novos factos. Expressões saíam de moda, outras ganhariam favorecimento. Assim se modificam

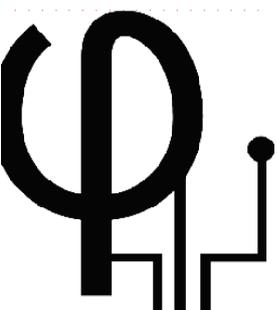
continuamente sob nossos olhos a linguagem dos jornais, a dos pequenos jornais, sobretudo: mas isso não impede de olhar a língua como sensivelmente fixada, entendendo que a parte fixada excede em muito em volume e, acima de tudo, em peso, a parte mutável e flutuante.

Quanto à linguagem literária, ela se desenvolve e se fixa de acordo com condições próprias a cada idioma, e que não estão apenas fracamente ligadas ao movimento da civilização. Assim, embora nossa civilização francesa tenha mudado muito mais do século dezesseis ao século dezenove, e do que do século doze ao quinze, há muito mais de diferença entre a língua de São Bernardo e a de *Commines* do que entre aquela de Calvino e a de um escritor de prosa hoje em dia; e de Calvino a Descartes a mudança é maior do que de Descartes a M. Cousin, apesar da desproporção dos espaços e da prodigiosa aceleração do movimento dos fatos e das ideias. O fenômeno da fixação da linguagem literária nem sequer está necessariamente relacionado à abundância ou originalidade da literatura. No início do século dezesseis, o alemão moderno era uma língua muito mais fixada ou muito mais próxima do ser que o francês, como prova a comparação da Bíblia de Lutero com os salmos de Marot ou a prosa de Calvino; e, no entanto, mais de dois séculos se passariam antes que a Alemanha se tornasse o centro de grande atividade literária. Para produzir uma literatura, por sua vez fecunda e original, além dos estímulos externos, para além das excitações e obstáculos exteriores, o concurso de um certo grau de perfeição na língua e um fundo de tradições ou concepções populares, dá às obras da imaginação uma fisionomia, um estilo e um caráter próprios. Na Grécia antiga, tudo isso combinava exatamente, e as primeiras produções da Musa foram obras imortais. Na Alemanha moderna (para pôr em contraste os dois extremos), onde a linguagem literária iniciou com uma tradução, e onde por tanto tempo os estudiosos latinizaram ou gregorizaram até mesmo seus nomes, a base da poesia popular só pôde ser conservada obscuramente, até o dia em que as vicissitudes do gosto acabaria por convidar os estudiosos a sorver dessa fonte da qual sairia, ainda que tão tardiamente, uma literatura nacional e original.

O progresso da civilização tende à fusão dos dialetos já formados e põe necessariamente um obstáculo à cisão posterior dos dialetos. Enquanto o círculo das relações sociais não ultrapassar a aldeia ou o rincão, como deve ter ocorrido no limite extremo da fragmentação feudal, o "*patois*", em toda a sua indeterminação ou sua fluidez, pode ser suficiente um rigor. Quando as guerras, o comércio, os pleitos, as romarias, os estudos, o debate de interesses religiosos e políticos produziram o

empreendimento de longas viagens, mesmo quando quem não viaja tem a curiosidade de saber o que se vê e o que se faz alhures, a necessidade de uma linguagem comum se faz sentir e se forma, como se forma a palavra da qual se sente necessidade, a locução que se fez necessária pela infusão de uma ideia que circula. Uma corte, uma universidade, uma grande vila, um centro de comércio, negócios e lazer dão o tom e o ritmo que se segue. A unidade política contribui eficazmente para acelerar a formação dessa língua comum que toma então o nome de língua nacional, e que mais tarde se torna o signo mais sensível com a ajuda do qual a nacionalidade se reconhece e se afirma. No entanto, como por um lado as causas da subordinação dos dialetos locais ou provinciais a uma língua comum podem não depender de ligações políticas e, por outro lado, os mesmos laços políticos podem religar populações cujas idiomas são radicalmente distintas ou até antigamente separadas, rejeitando toda fusão em uma língua comum, não será permitido identificar sem reservas língua e nacionalidade.

É precisamente porque uma língua nacional protege e fortalece a nacionalidade que a diversidade das línguas concorrem para o progresso da civilização geral. O obstáculo que surge da maior dificuldade das comunicações internacionais, resultante da diversidade das línguas, é uma resistência passiva que a sociedade, se não o indivíduo, alcança sempre por superar uma espécie de trabalho mecânico, para o qual não basta tempo e manobras necessárias: ao contrário, a força que um povo flui de seu gênio nacional é uma força viva, um poder de ação e invenção que nada pode suplementar; e quanto mais forças dessa ordem estiverem a serviço dos interesses gerais da humanidade, melhor esses interesses serão úteis. Ora, as línguas podem diferir em características de uma tal importância, que elas têm por si mesmas, em todas as épocas da civilização, e independentemente do grau de cultura literária, uma influência marcante sobre o gênio dos povos que as falam. Ninguém contestará que existe entre as nações francesa, inglesa e alemã uma diversidade de características intelectuais, em parte independente do idioma, mas mantidas em favor da diversidade do idioma, em parte causada pela própria estrutura do idioma que serve de instrumento e veículo para o pensamento. Os séculos podem sucederem, a civilização pode bem avançar, três grandes nações podem intercambiar ideias e descobertas com a rapidez crescente de suas ideias e descobertas: a distinção se mantém sempre, e nós lamentaríamos se ela viesse a desaparecer; tanto que as trocas contínuas de produtos não similares favorecem benefícios comuns. Do momento em que vemos na distinção das nacionalidades europeias uma das causas da superioridade



da civilização moderna, não devemos desejar o domínio de uma língua universal mais do que a monarquia universal.

Assim, na Península Ibérica, dos incidentes da história política derivaram dois dialetos: o castelhano e o português; e de cuja vantagem foi de se tornarem línguas literárias, o que levou para o mundo inteiro Cervantes e Camões. Nem por isso deixa de ser menos admissível pensar que a civilização atual se adaptaria melhor, e encontraria a mesma língua em uso em Lisboa e em Cádiz, no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. A comparação que fazíamos há pouco entre o francês, o inglês e o alemão, uma Julie d'Angennes, uma Sévigné, que mal pensavam em aprender inglês ou alemão, tê-lo-iam feito de bom grado entre as línguas de Petrarca, de Cervantes e de Voiture. No entanto, o que aconteceu? Ao fim de dois séculos, a prosa francesa, a prosa italiana, a prosa espanhola acabaram por se assemelhar tanto ao estilo habitual, que seria preciso ser conhecedor para reconhecer, ao ler um livro de filosofia, de política, de história, se é francês de origem ou se foi traduzido do italiano ou do espanhol. Podíamos estar tentados a explicar o fato pela influência que os escritores franceses dos dois últimos séculos exerceram sobre os letrados da Itália e da Espanha, mas a causa é mais íntima e fixa-se ao fato de os caracteres distintivos dos três idiomas serem de uma ordem bastante subalterna para que os progressos de uma civilização comum os tenham apagado, ou pelo menos tenham neutralizado a influência no movimento das ideias e na característica intelectual. Se esta diversidade de Idiomas nos valer mais tarde obras-primas literárias, dignas de figurar ao lado dos antigos modelos, devemos nos congratular: no que diz respeito à cooperação para uma civilização progressiva, deve-se descobrir que as despesas de tradução ou de transporte não encontram mais a sua compensação na variedade fundiária dos produtos.

Está na moda, entre nós, desde há algum tempo, lamentar o destino desta língua de trovadores, tão gravemente condenada à morte pela barbárie dos inquisidores, no momento do seu pleno florescimento. Não se trata de absolver Simon de Montfort e os inquisidores, mas acredita-se que estão exagerando o dano que eles fizeram neste aspecto para a causa da civilização. Nada se assemelha mais à língua de Occitânia (Oc) do que o catalão, e a Catalunha, sem experimentar os mesmos desastres que a terra dos trovadores, sofreu a supremacia do dialeto castelhano, como a língua de Occitânia a da língua de Gália romana (Oïl): obviamente porque, em ambos os casos, as variedades dialéticas não tinham um valor intrínseco capaz de as apoiar na luta contra as causas políticas de unificação ou de absorção.

Do ponto de vista linguístico, a história das línguas europeias pertencentes aos grupos teutónico e eslavo não oferece nada de excepcional, nada que se assemelhe a uma crise ou palingenesia. O desenvolvimento e a atrofia orgânicos seguem a sua marcha habitual e espontânea, até o dia em que a civilização e a arte as apreendem no estado em que se encontram em consequência dos acidentes do caminho e das variedades nativas de temperamento, uns um pouco adiantados, os outros um pouco atrasado do movimento geral. Temos a medida destes desvios quando comparamos o alemão e o inglês modernos: duas línguas congêneres, uma das quais conserva ainda tanta plasticidade, tanta aptidão à soldadura dos vocábulos e à flexão das raízes; enquanto a outra parece ter atingido o limite extremo que comporta, pelo menos na grande família de línguas que nos ocupa, a simplificação gramatical e «a construção em pedra seca». Se os anglo-saxões conseguirem, um dia, fazer falar a sua língua em todo o globo habitável, deverão, em parte, ao que souberam dar-lhe a cultura literária de que é susceptível, apropriando-a de todas as necessidades de uma civilização avançada, sem tentar devolver artificialmente a plasticidade ou a riqueza gramatical que o tempo lhe fez perder. Devido ao grau de simplificação gramatical e à falta de pretensão a uma harmonia orgânica, o vocabulário pôde suportar a mistura de palavras normandas em proporção tão considerável, especialmente na língua escrita, sem que a língua tenha sido constitucionalmente afetada, nem o francês pela mistura de palavras emprestadas das línguas teutónicas, do grego ou mesmo do latim, mas em segunda mão e em consequência de uma cultura artificial da língua. Assim, a hibrididade do tipo inglês, quanto à língua, é apenas aparente; e se alguém teve razão em considerar a conquista normanda como uma espécie de repetição do fenómeno das invasões germânicas no mundo romano, a intrusão do patuá normando no dialeto saxão não deve ser considerada como um fenómeno que recorda, na história das línguas, o da decomposição do latim e da formação dos idiomas modernos, provenientes do latim.

Se a história das línguas teutônicas no passado testemunha um movimento persistente no mesmo sentido, e exclui qualquer ideia de um retorno periódico das mesmas fases ou de fases análogas, seria contra todas as probabilidades admitir para elas causas de destruição ou de renovação no futuro, internas ou externas. E como a história da língua é uma parte tão considerável da história da civilização, isso é suficiente para que se possa olhar para a teoria dos ciclos de Vico como definitivamente condenada pela experiência histórica.

Quanto ao fenômeno verdadeiramente crítico e excepcional que apresenta a decomposição do latim e a reconstrução das línguas românicas com seus detritos, pode-se dizer que ele ainda testemunha a ação sustentada de uma causa persistente, Tendo em conta as semelhanças que finalmente se estabelecem entre o sistema gramatical das línguas de formação recente e o sistema gramatical dos outros idiomas europeus que apenas sofreram a lenta ação do tempo, sem abalos revolucionários, por exemplo, do gótico de Ulphilas ao alemão intermediário e do alemão intermediário ao alemão de Luther, ou do eslavo da liturgia russa ao russo falado atualmente. Não se vislumbram, portanto, mais causas internas ou externas de uma futura perturbação para uns do que para os outros.

Na Europa românica, a invasão bárbara precipitou a crise mais do que a determinou; e precipitou-a, menos pelo próprio fato da invasão e pelas convulsões políticas que se seguiram, pela perturbação e pela languidez que trouxe a todas as funções da vida social. Conforme Grimm e Bopp (1 - GRIMM, Grammaire allemande, IV, p. 149.— BOPP, Grammaire comparee, III, p. 220 de la trad. française) o uso do verbo auxiliar para a conjugação do tempo perfeito só teria começado a mostrar-se nas línguas germânicas por volta do século VIII ou IX, ou seja, na época em que inovações dessa ordem transformavam a língua latina em patuás românicos. Com um certo número de sincronizações semelhantes, estabelecer-se-ia que as mesmas causas internas traziam, quase ao mesmo tempo, as mesmas metamorfoses orgânicas em todos os idiomas da mesma família: de modo que, para o latim em particular, a invasão bárbara teria agido apenas indiretamente suprimindo uma causa externa, a saber, a disciplina gramatical, que combatia a ação das causas internas de transformação e retardava seus efeitos.

Já notamos que a constituição do latim clássico e as circunstâncias de sua formação o expõem mais do que outras línguas a se corromper e se destruir. O grego resistiu melhor, não só por causa dos incidentes que prolongaram a velhice do império grego, mas porque a cultura e o domínio do grego tinham algo menos faccioso que a cultura e o domínio do latim. Se o trabalho de redução das formas e da decomposição lógica em que participam todas as línguas europeias, tivesse sido mais avançado para o latim quando Roma o impôs ao Ocidente conquistado, ou, para fixar as ideias, se a sua estrutura gramatical não tivesse sido mais complicada do que a do alemão moderno, ele poderia ter atravessado tempos de confusão sem perecer; ou, quando muito, teria - ao sofrer amputações mais completa - assumido uma forma nova em que se reconheceria o latim antigo tão facilmente como se reconhece no inglês o fundo

germânico. Quando os belos espíritos de Roma, indo sem dúvida contra as leis naturais da linguagem, se esforçavam por comunicar à sua língua a abundância, a ductilidade, o número, a harmonia dos gregos, eles realizavam uma obra útil, - é verdade para a futura civilização da Europa Ocidental - na medida em que encontraria na literatura latina modelos de gosto literário mais ao seu alcance, enquanto um idioma popular e francamente ítalo teria sido melhor do que um latim polido pelo helenismo, como um instrumento de civilização destinado a desafiar a ação do tempo, mesmo em dias ruins. Em vez disso, esta língua da aristocracia romana, que a plebe de Roma talvez nunca tenha falado corretamente nem compreendido perfeitamente, foi imposta a populações ainda menos aptas a apropriar-se do seu gênio e das suas formas. Ela não pôde voltar a ser um jargão popular sem sofrer profundas alterações que perturbavam toda a economia, porque era necessário encontrar meios de expressar aquilo que não invadiria o Império Romano, que este trabalho se teria realizado do mesmo modo que se teria formado para o uso das classes populares dos patuás românicos, enquanto as altas classes teriam continuado a falar latim, à maneira como o falavam ainda antigamente, embora por outras causas, os nobres magiares e poloneses.

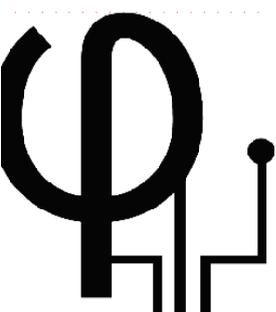
A unidade romana rompida quanto à língua, e o instinto popular abandonado de novo a seu ritmo, o patuá devia mudar de um lugar para outro, em toda a extensão dos países românicos, por transições insensíveis, sem que haja, em primeiro lugar, possibilidade de caracterizar e circunscrever nitidamente línguas ou dialetos. Na fermentação e mistura das raças antigas, o solo e o clima retomavam todos os seus direitos: o patuá era sonoro e cantante entre as populações do Midi (Canal Royal en Languedoc), surdo e monótono entre as populações do Norte. Tanto para as línguas como para os costumes, a jurisdição territorial substituiu-se ao vínculo do sangue; e é neste sentido puramente negativo que se deve entender a constituição de uma família de línguas românicas, artificial quanto ao seu princípio originário de unidade, e artificial também quanto à determinação e à característica das suas individualidades, tal como se desenharam mais tarde, na sequência do trabalho de formação das nacionalidades europeias.

— O mérito de uma clareza perfeita, tantas vezes reivindicado como mérito próprio da nossa língua francesa, é antes uma qualidade comum a todas as línguas românicas e que tem em conta as condições gerais de sua formação, numa época em que o sentido lógico prevalecia sobre o sentido poético, e aliás em que era mais fácil repor numa ordem regular os detritos de uma língua mutilada, do que restituir-lhes

o tom, a cor, a graça nativa, o vigor da expressão que pertencem às línguas ainda não usadas ou deterioradas pela ação do tempo ou por crises doentias. Se o francês tem alguma vantagem a este respeito sobre as suas línguas irmãs, é aparentemente atribuir a ele mesmo o que ele estabeleceu mais tarde, em uma fase de civilização ainda mais avançada. Mas, por que ele se fixou mais tarde? Isso é o que merece atenção.

Quisemos lisonjear o nosso patriotismo, observando que as nossas canções de gestos, os nossos contos, os nossos romances cavalheirescos dos séculos XI e XII precederam em muito os autores da bela idade da literatura italiana, aos quais eles forneceram os temas de suas composições; que naquela época o francês já era a língua na qual era necessário escrever para ser entendido [escutado] em todos os lugares. Era muito simples, com efeito, que nos séculos das Cruzadas, quando a cavalaria francesa e anglo-normanda arrastava consigo o resto da Europa latina e quando, além disso, os estudantes afluíam de todos os lados às escolas de Paris, a língua que se falava na França, no coração da Europa, e os livros que ela produzia para uso do belo mundo daquele tempo, tiveram uma espécie de voga universal a que os outros patuás românicos ou tûdos não podiam aspirar; embora, aliás, este patuá gaulês não tenha qualquer mérito para justificar esta prerrogativa e que o valor intrínseco das obras literárias também não dê uma razão suficiente para tal. A língua carece de flexibilidade, de harmonia e de número; ela não é evidenciada, nem pela aspiração que se perdeu no latim e que se manteve nos idiomas celta e germânico, nem pela sonoridade das finais que agrada nas línguas românicas do Sul, nem pelo sotaque tão acentuado umas nas outras, e tão apagado no francês. Ela presta-se tão pouco à formação de novos termos para tornar as ideias mais complexas ou as nuances mais delicadas dos pensamentos, que foi necessário que os letrados emprestassem mais tarde às duas línguas eruditas e lançassem na circulação aqueles cuja língua corrente não podia prescindir, e por exemplo as próprias palavras de circulação e de ideia. A literatura desta primeira era literária, mesmo quando os nomes dos autores chegaram até nós, foi com razão qualificada de anônima, no sentido de que o mérito das obras não é suficientemente saliente, bastante marcado pelo selo do gênio individual, para dar aos seus autores uma grande ilustração pessoal. A partir de então estava na ordem que as causas gerais, isto é, a ação do tempo e a influência do céu, voltaram a ascender. Era da ordem comum que as línguas românicas teriam adquirido por tudo, nos séculos XIV e XV, um grau de maturidade, de riqueza e de flexibilidade, um brilho e uma polidez que não tivessem dois séculos antes; e não foi menos natural que o trabalho do Renascimento, tanto para a língua e a literatura como para a política, o comércio e

as artes, fosse na mesma época mais avançado na Itália do que na França. Alguns clérigos parisienses ou normandos poderiam ter nascido com o gênio de Dante ou o talento de Petrarca, sem o instrumento; e Froissart, o ingénuo cronista, não teria podido conceber a história como o florentino Villani que o precedeu. Mais tarde, a França tinha esquecido a sua literatura cavaleiresca quando imitava a Itália do Renascimento, que ela própria tinha emprestado os seus temas da literatura da França cavaleiresca: Depois disso, a imitação da antiguidade clássica deveria prevalecer e fixar definitivamente o caráter de nossa grande época literária.



## CAPÍTULO OITAVO

A ERA DOS TEMPOS MODERNOS E SUA RUPTURA PR ESPAÇOS  
SECULARES

Entendemos que uma fase histórica não pode começar em um instante preciso, como um eclipse da lunar ou como uma maré alta, e que não há como dizer com precisão matemática onde termina a Idade Média, onde começam os tempos modernos: mas, por outro lado, o espírito precisa de pontos de referência, mesmo artificiais; enquanto o engenheiro marca as etapas, constrói uma pirâmide, ali onde não encontra uma eminência natural ou uma torre já edificada. Toda cronologia pressupõe uma era ou um ponto de duração na linha do tempo, escolhido, de acordo com certas conveniências, para ser a origem a partir da qual os tempos serão contados. E bem se pode, neste sentido, discutir as propostas que foram apresentadas anteriormente, para fixar a era ou a origem dos tempos modernos, se não com a pretensão de um rigor impossível, pelo menos nos limites de uma aproximação tolerável.

Frequentemente se fala da tomada de Constantinopla pelos Turcos, que marca a queda do Império Grego ou do Império Romano do Oriente, inaugurado por Constantino, tanto quanto a Paz de Pressburg constatou, três séculos e meio depois, a derrocada do Sacro Império Romano ou Império Romano do Ocidente, restaurado por Carlos Magno. Esses tipos de datas são de fato memoráveis na história pragmática, ao invés de importantes no seio da filosofia da história. Por mais que uma existência caduca seja prolongada, menos o acidente que se entremeia a um termo tem de valor intrínseco, e mais o acaso interfere na determinação. Além de tudo, a história do império grego ou da decadência bizantina é fundamentalmente estranha à da Idade Média, em nossa Europa Ocidental, ou apenas com ela é acidentalmente confundida. Ao escolhermos o acontecimento da tomada de Constantinopla para fixar a era dos tempos modernos, tínhamos em vista o movimento do renascimento literário, o retorno à antiguidade clássica – cuja causa principal (supomos neste caso) teria sido a acolhida feita, primeiro na Itália, depois gradualmente em todo o Ocidente –, à alguns letrados gregos que a última catástrofe expulsou do solo nativo. Isso é exagerar bastante a importância de um fato que na realidade é muito secundário. A arte bizantina não precisou da ajuda de tais catástrofes para penetrar na Europa latina a partir do século XI. Os grandes artistas italianos do Renascimento não tiveram por mestres os gregos fugitivos; seus predecessores

nacionais lhes ofereceram modelos melhores; e eles não precisavam de nenhum incentivo estrangeiro para procurar em seu próprio solo, desenterrar os modelos antigos e se inspirar neles. Entre os fugitivos não havia mais sábios verdadeiros do que artistas, e a renovação científica, principalmente devido ao comércio com os árabes, tem data mais antiga. Para dizer a verdade, os emigrantes em questão eram sobretudo mestres da língua: em todos os tempos é o ganha pão que primeiro é oferecido aos emigrantes por motivos políticos, quando não podem ou não querem exercer a profissão das armas. Além do recurso do ensino da língua por meio da prática oral, os gregos fugitivos traziam consigo uma bagagem filosófica e filológica, textos, escólios, comentários: mas em termos de filosofia, os ocidentais já haviam feitos suas provas. A invenção da tipografia, bastante independente da queda do Império Grego, não poderia deixar de ser logo aplicada à reprodução dos clássicos gregos, cujos manuscritos teriam sido comprados ou copiados na Grécia, se os gregos não os tivessem trazido para a Itália. Não foi trazido para a Europa no século XV, nenhum manuscrito siríaco ou armênio, o que não impede os europeus de conhecerem muito bem as literaturas armênia e siríaca.

– A maioria das objeções desse gênero não seriam contra a data da invenção da tipografia, se essa invenção tivesse uma certa data: infelizmente não a tem, porque não conhecíamos até então, nem as patentes de invenção, nem as comunicações ou os depósitos de exemplares constatáveis por processos de registros e anotações em atas acadêmicas. E então, uma tal preeminência acordada a uma invenção mecânica, por mais capital que seja, poderia conduzir a uma falsa ideia, como acontece quando se exagera o papel do instrumento, a custa da força que move ou da inteligência que a dirige. A China praticou a tipografia (aplicada, é verdade, a uma escrita ideográfica e não alfabética, o que exclui a vantagem da mobilidade dos caracteres) sem que isso tivesse modificado as bases da civilização chinesa; e os muçulmanos, que por muito tempo conheciam os procedimentos da tipografia europeia, preferiram continuar usando os textos manuscritos. Por este lado, bem como por muitos outros, eles ainda estão na Idade Média. Certamente a invenção da tipografia não teve nada a ver com a descoberta do Novo Mundo e, embora sem dúvida tenha favorecido o progresso do protestantismo, o sucesso anterior de Wycliffe e Jean Hus, ainda que imperfeito, mostra com suficiência que os espíritos deles mesmos amadureceram em sua própria reforma religiosa, e que Lutero poderia ter tido sucesso mesmo sem a ajuda da prensa. Ou, teria sido suficiente para a descoberta do Novo Mundo e a reforma religiosa no intuito de romper com a Idade Média e dar à civilização europeia um ímpeto ao qual nenhum ramo da indústria poderia deixar

que se permanecesse alheia a ela. Atualmente o clichê, a aplicação do vapor às prensas mecânicas têm mudado as condições da indústria tipográfica sem contribuir muito sensivelmente para as mudanças que ocorrem na sociedade. Estaríamos, portanto, nos expondo para dar o troco e tomar o efeito pela causa em datar a invenção da tipografia a era da civilização moderna. Além disso, traçar a era moderna de volta à origem de um movimento, a princípio puramente filosófico e literário (seja ela relacionada à influência dos refugiados gregos, à invenção da tipografia ou a qualquer outro impulso determinante), é afastar-se demasiado da explosão religiosa que, ao agitar profundamente as sociedades europeias em suas profundezas, tanto contribuiu para imprimir na história dos tempos modernos a sua fisionomia característica. Por outro lado, se descermos até a data da revolta de Lutero, isso seria levar muito pouco em conta o movimento filosófico e literário que preparou seu sucesso. *Inter utrumque tene.*

Tudo nos leva, pois, a datar com *Heeren* (1 – Quadro histórico do sistema político dos Estados da Europa e suas colônias. Introdução) a era dos tempos modernos, desde o dia em que o imortal Colombo, descobrindo um novo mundo, deu à civilização europeia o choque mais agudo e decisivo: a que ela necessariamente deveria se submeter ou sofrer para se tornar, tanto quanto possível, universal, lógico e livre dos acidentes da história; aquele cujos resultados, como aqueles de qualquer ato verdadeiramente criativo e fecundo por si só, crescem e se pronunciam mais e mais; enquanto o traço das causas concomitantes, por mais profundo que possa ter sido na origem, é obliterado quanto mais nos distanciamos delas.

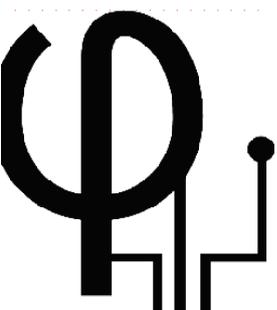
Isso quer dizer que devemos observar como um caso fortuito, como um feliz encontro do gênio colocado fora de qualquer série regular, o evento que teria tais consequências? Certamente não. O próprio Colombo é apenas uma das estrelas dessa plêiade de grandes navegadores que buscavam por toda parte negócios aventureiros. Já os povos escandinavos haviam se aproximado do continente americano pelo Norte. Um curso regular de comunicação com a Índia não teria sido estabelecido após a duplicação do Cabo da Boa Esperança, sem que nenhuma construção fosse lançada sobre as costas do Brasil e sem que a América fosse abordada por suas praias meridionais. A grande navegação destinada a providenciar a exploração de toda a superfície habitável do globo foi a consequência necessária da descoberta da bússola. Assim que o gênio europeu se apropriou desta descoberta, tem a condição, no entanto, de estar acima de uma de suas influências que incitam e mantêm o ardor dos empreendimentos. Pois, não era necessário que colombo precisasse apenas de gênio, ele precisava de um princípio

de fé que o subjugasse, como a maioria dos homens de seu tempo. Os viajantes de lugares longínquos, os grandes aventureiros, antes e depois de Colombo, ainda hoje, não eram apenas excitados pela sede de ouro ou fama; e os governos que os ajudaram ou encorajaram, não apenas cederam a visões de ambição: todos estavam mais ou menos animados por um zelo genuíno pela propaganda religiosa que não mudava inteiramente de natureza quando assumia a forma de propaganda filantrópica.

Não bastaria ter despertado o máximo que possível de todo arbítrio a escolha da época ou da origem dos tempos modernos, era preciso ver se o espaço de tempo decorrido desde o ponto de partida que oferece rupturas naturais, no sentido de que não se refeririam, não apenas, aquelas divisões arbitrárias ou convencionais da nossa cronologia usual, mas que corresponderiam a mudanças efetivas na corrente das ideias e no ritmo dos acontecimentos.

Os *chineses* têm o seu ciclo de sessenta anos, e os antigos *hebreus* tinham o seu período de sete semanas de anos, ao fim das quais a lei decretava a abolição das dívidas, a libertação dos escravos, a devolução dos antigos donos às suas heranças alienadas. Nós tiramos a nossa instituição eclesiástica do jubileu, ao invés de tirarmos dos *romanos* a palavra século e a ideia das comemorações seculares. Os povos de línguas teutônicas não têm uma palavra, nem por consequência de uma ideia precisamente adequada. No alemão se diz *Jahrhundert*, no inglês *Século*: o que equivale a fazer da palavra uma cifra pura, a tomar em sentido técnico e cronológico o que tem sobretudo, na língua dos romanos e na nossa, um sentido histórico e usual. Os antigos *romanos* não fixaram com esse grau de precisão aritmética o retorno de seus jogos seculares; e quando falamos do século de *Péricles*, do século de *Augusto*, do século de *Luís XIV*, queremos dizer que se trata de séculos no sentido romano, não de centúrias. Porém, se há séculos para o historiador, o cronologista não pode contar senão por centúrias. E a questão é até que ponto o ritmo dos fenômenos históricos pode se encaixar nos números da cronologia. Evidentemente, não se pode sonhar uma concordância rigorosa, mas sim em uma aproximação tal que a língua se preste sem violência às exigências de uma cronologia artificial e ao pano de fundo real da história, não sem vantagem para a coordenação de nossos conhecimentos históricos, pois cada um sabe o quanto o bom trabalho com uma língua ajuda a esclarecer as ideias.

Mesmo que fiquemos dentro de uma aproximação, ainda temos que contar, pelo menos em parte, com o acaso, para que ocorra a concordância que desejamos ou com a qual ficaríamos satisfeitos. Ora, isso exige explicações e distinções, seja em

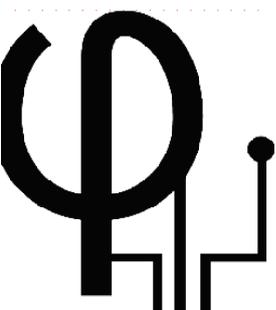


consideração do intervalo dos cortes, seja pela extensão do período cronológico, ou o ponto de partida dos recortes ou a origem do período.

Começemos primeiro pelo intervalo de recortes. Não é porque um século é visto como a duração extrema da vida do homem, que pode ter naturalmente alguma relação com o curso dos fenômenos históricos: mas, se pensarmos que um século representa, por aproximação, segundo a opinião dos autores mais antigos e também segundo as observações modernas, três gerações viris, colocadas lado a lado, começamos a entrever a possibilidade de uma relação natural. Julgamos ter notado que foram necessários três séculos para que o maravilhoso tivesse penetrado numa tradição histórica ao ponto de se tornar apto a se transformar em matéria de uma epopeia; atualmente, também ensaiamos explicar pela lei da mortalidade os traços de periodicidade que acreditamos observar na rápida sucessão de certas crises políticas. Sem atribuir a estas observações e a estas explicações mais importância do que ainda têm, veja-se as reflexões sugeridas pela questão atual. Cada geração transmite por meio da educação um certo fundo de ideias àquela geração imediatamente seguinte. E enquanto ocorre esse ato de educação ou transmissão opera, a geração educadora ainda está presente, e ainda se mantém sob a influência de todos os sobreviventes de uma geração anterior, que não deixaram de desempenhar um papel notável no governo da sociedade, no movimento de ideias e negócios, e que também não perderam (apesar do que pode ter sido dito em todos os tempos, e especialmente em nosso tempo, pelos censores desgostosos) toda a autoridade doméstica. A juventude que se inicia no mundo também conserva, mais do que sua presunção a leva a crer, o traço das impressões da infância, causadas pela conversa dos idosos.

Na sociedade, é verdade, todas as idades se misturam, todas as transições são contínuas, as gerações não são colocadas de ponta a ponta, como num quadro genealógico. Assim, apenas a observação dos fatos históricos pode nos ensinar exatamente como a renovação gradual das ideias resulta da substituição insensível das gerações umas pelas outras, e quanto tempo leva para que a mudança se torne perceptível, a ponto de distinguir claramente uma época da outra. Nós não pretendemos provar teoricamente que isso leva um século. É suficiente mostrar que, se a mudança nos parece especialmente perceptível de um século para o outro, pode muito bem ser devida a alguma razão extraída da natureza das coisas, e não devida aos hábitos de nossa cronologia usual.

As mesmas considerações nos conduzem a apreciar a influência da escolha da origem. No momento em que escrevo, ainda existem alguns centenários no



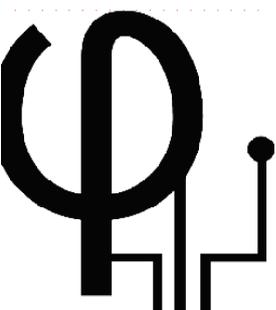
mundo que viram com seus próprios olhos o que chamamos de “antigo regime”; e certamente ninguém suporá que o acaso que os fez sobreviver a tantos outros, tenha a menor influência no movimento atual das ideias, no curso atual dos acontecimentos. Mas, outros idosos em bem maior número, e cuja velhice não é uma longevidade anômala ou excepcional, sem terem eles próprios visto o antigo regime, passaram vinte anos, trinta anos de suas vidas em um mundo cheio de pessoas que viram com seus próprios olhos este regime desaparecido, que havia, por assim dizer, respirado seu ar, que o comparava sem cessar ao novo regime por seus aspectos bons e ruins. Entre os idosos de quem falo, ainda há muitos que não estão privados de qualquer participação nos negócios, de qualquer influência devido a seus talentos, pelo caráter de suas personalidades, seus trabalhos atuais ou pela memória de seus trabalhos anteriores. Ao lado deles vivem as gerações mais jovens, que só conhecem o antigo regime pelo que lhes contaram escritores, jornalistas e professores, muitos dos quais só o estudaram nos livros, com as preocupações do espírito partidário ou (o que talvez seja ainda pior) com o espírito do sistema e só Deus sabe o quanto, este antigo regime, artificialmente restaurado, cuja maior parte das características são necessariamente cobradas para o maior sucesso do orador ou do escritor, difere muitas vezes daquele que muitos ainda conhecem, por tradições de saguão ou salão. A lembrança que eles conservam e que lhes serve de termo de comparação para julgar o tempo presente desaparecerá, portanto, com eles, e a pintura de fantasia logo poderá se dar em plena carreira: o que certamente não é indiferente, quando se trata, como a palavra indica, de um fenômeno tão raro, de um fato tão importante para uma nação, quanto é para uma mudança repentina de regime. O que dizemos da tradição oral aplicada ao antigo regime nos obriga a dizer com mais forte razão da tradição oral aplicada à grande crise revolucionária. Se portanto os cortes seculares recaem sobre estes pontos críticos cuja memória tradicional terá uma influência mais marcante, justamente no espaço de tempo que separa um recorte do outro, a concordância de uma cronologia artificial com o pano de fundo da história terá ainda menos motivos para nos surpreender, e não será mais necessário colocar na conta do acaso a precisão acidental de certas concordâncias naquilo que não saberia admitir, em virtude somente da natureza essencial das coisas, de concordância rigorosa.

— Tentemos agora elucidar essas ideias por aplicação, e suponhamos primeiro que depois de ter feito os tempos modernos começarem na data de 1453, que é a data da queda do império grego (ou, se quisermos, a da primeira Bíblia impressa) dividimos sua duração em quatro séculos ou centúrias, terminando nos anos 1553, 1653, 1753,

1853. Não sei se o hábito me engana, mas me parece que de nenhum ponto de vista, político, religioso, filosófico, ou literário, não se poderia encontrar em nenhum destes séculos alguns motivos para teses e antíteses, alguns princípios de unidade, alguns contrastes, algumas marcas bem claras de transição e progresso, como elas se apresentam ao espírito quando nomeamos, para individualizar e opor um ao outro, os séculos dezesseis, dezessete, dezoito e dezenove; quando nós, franceses, falamos do século de Luís XIV, ou quando um italiano fala dos *cinque centi*. Não consigo imaginar bem um jansenista (e Deus sabe se ainda existem jansenistas) que, pensando nos tempos de brilho e decadência de sua seita, fizesse aparecer os escritos de Arnauld e Pascal para iniciar um século que terminaria em querelas acerca de notas confessionais. Certamente, nada justifica o inovador que comporia um século como bem entende a história, costurando a primeira metade do século XVII à primeira metade do século XVIII. Um historiador renomado, M. César Cantù, fez algo semelhante ao escrever sua História dos Cem Anos, de 1750 a 1850, onde ele passa em revista a política, a filosofia, a ciência, a literatura, a indústria: e ele faz isso muito bem! Nós não tememos em dizer que esta amálgama dos séculos XVIII e XIX confunde o leitor e peca contra o costume, como se se agrupasse numa tela “cocares com a ave real” com “barbudos da jovem França”. Os Cem Anos de M. Cantù não tem outra razão para formar um grupo senão a data da composição do livro: é uma centúria ao estilo inglês e não um século no sentido romano ou francês.

— Pelo contrário, podemos notar que, na ordem política, o século que se inicia com a descoberta da América (1492-1592) tem como traço característico a preponderância do poder espanhol no sistema europeu; que o século seguinte (1592-1692), que vai da abjuração de Henrique IV ao início da velhice de Luís XIV, não foi menos marcado pela substituição da preponderância da França ante a Espanha; que o terceiro período secular (1692-1792) é de fato aquele em que, após uma revolução memorável, prevalece em todos os lugares a influência política e comercial da Inglaterra; até que a velha monarquia capetiana, em colapso, comunique ao mundo inteiro um choque, a qual nós não temos necessidade de fazer destacar a influência do advento de uma nova ordem. Devemos, antes de tudo, nos mantermos em guarda contra uma disposição natural, sem exagerar a importância das coisas que nos tocam de tão perto.

Tanto para a política, sobre a qual poderíamos ser breves, tanto para os fatos que se destacam: passemos agora ao que depende menos da política, a história da ciência; e entre as ciências consideremos em particular aquela que é, para todas as outras, uma



irmã mais velha, uma irmã modelo, a astronomia. Aqui, novamente, a distinção de nossos períodos seculares impressiona por sua clareza.

Copérnico nasceu em 1473, dezenove anos antes da grande navegação de Colombo, vinte e sete anos antes do início do século dezesseis, segundo cálculos populares, e seu livro surgiu logo após sua morte em 1543; Tycho-Brahé nasceu em 1546 e morreu em 1601. Estas duas vidas ilustres abrangem um século da história da astronomia: século revolucionário – se é que houve algum século revolucionário –, já que ele causa temor aos olhos dos juízes mais competentes, pois derruba um *corpus* de doutrina que, desde a redação do *Almagesto*, isto é, por quatorze séculos, reinou incontestado no mundo erudito e influenciou todas as doutrinas filosóficas e religiosas, a partir da ideia que ele, este século, deu ao homem seu lugar no universo. No entanto, em outros aspectos e em pontos ainda mais relacionados à ciência, enquanto organismo, podemos dizer que Copérnico e Tycho aperfeiçoaram e não inovaram; pois para eles, como para seus antecessores, a astronomia não tem outro objeto senão a teoria geométrica dos movimentos celestes, o desenvolvimento de uma hipótese geométrica ou a substituição de uma hipótese geométrica por outra: sem a mecânica celeste, a teoria das forças, que produzem os movimentos celestes, restaria por ser abordada senão por conjecturas que nada têm de científico. Sem que, por conseguinte, isso possa fornecer a prova decisiva da verdade ou do erro de hipótese.

Kepler, nascido em 1571, tomará posse em 1600 do observatório de Tycho, para prelúdio da descoberta das leis do movimento elíptico dos planetas; e, precisamente na mesma data, Galileu, munido do telescópio astronômico, fazia as suas curiosas observações no céu, ao mesmo tempo que descobria pelo raciocínio e pela experiência, com admirável delicadeza e sagacidade, os fundamentos da mecânica física, da qual a astronomia, graças às leis formuladas por Kepler, tornar-se-ia a aplicação mais brilhante. Assim começou o grande século da astronomia, o décimo sétimo século astronômico, que culminou em 1687 com a publicação do livro *Princípios matemáticos da filosofia natural*, às vésperas da revolução política na qual Newton, assim como Locke, iria desempenhar seu modesto papel, e de onde a Inglaterra data a época de sua grandeza.

Todo o tempo que decorre entre a *revolução* na Inglaterra e a *revolução francesa*, entre o surgimento do livro dos *Princípios* e a redação do livro da *Mecânica Celestial*, intervalo esse preenchido pelos trabalhos de Halley, Bradley, os Bernoullis, de Euler, de Clairault, de d'Alembert, de Lagrange, de Laplace, compõe o período newtoniano ou o décimo oitavo século da astronomia. Por um lado, os métodos e instrumentos

de observação adquirem uma precisão com a qual até então nós não podíamos sonhar. Por outro, a análise matemática está se aperfeiçoando, principalmente pelo desejo que se tem de explicar, pela teoria newtoniana da gravitação, todas as particularidades, as menores perturbações nos movimentos dos corpos celestes. Vivemos sobre uma grande ideia, confirmamo-la por todos os meios, perseguimos todas as suas consequências, sem que surja uma ideia precisamente nova.

O trabalho de William Herschel sobre a *Via Láctea*, sobre nebulosas, sobre estrelas duplas, sua descoberta do planeta Urano em 1781, aquela feita por Piazzi em 1º de janeiro de 1801 do planeta Ceres (o primeiro conhecido neste pequeno mundo de planetas telescópicos, desde tão enriquecido), a entrada para os aerólitos, as estrelas cadentes, no domínio da observação científica, abrem para a astronomia um novo período, um novo século. A princípio originando-se apenas da geometria, tornou-se, ao longo dos dois séculos anteriores, uma aplicação da física: agora ela se torna de certa forma variedade, as analogias e os contrastes dos objetos que ela abarca dão a ideia de aplicar os mesmos princípios de agrupamento e classificação. Os desenvolvimentos da astronomia estelar, ampliando ainda mais, em proporções colossais, expandem nossas ideias sobre a constituição do universo e sobre as épocas mais antigas da natureza. Sobre as fases cosmogônicas que devem ter precedido todas as formações subsequentes, eles caracterizam sobretudo o século dezanove astronômico. Seria difícil imaginar uma sucessão de épocas mais marcantes, que se ajustassem melhor a uma ordem de fatos, além do mais, tão díspares.

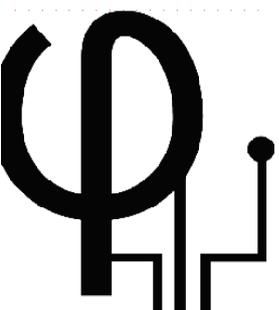
-- Haveria muita presunção em olhar a fundo essa característica das épocas da astronomia moderna, aquela dada por Alex, de Humboldt, fundada apenas na distinção entre observação a olho nu e observação telescópica? Ela é digna de observação, diz ele (1 – *Cosmos*, t, II, p. 66 e SS da tradução francesa), que os fundamentos da astronomia propriamente dita, a do mundo planetário, precederam o período memorável (1608 – 1610) onde a visão telescópica foi descoberta e aplicada ao estudo do céu. À força de trabalho e cuidado investigativo, Georges Peurbach, Regiomontanus (Jean Muller) e Bernard Walther de Nurenberg, aumentaram o tesouro da ciência, herança dos gregos e árabes. Logo apareceu o sistema de Copérnico, desenvolvimento de ideias ousadas e grandiosas. Em seguida, vieram as observações exatas de Tycho e as combinações audaciosas de Kepler, auxiliadas pelo poder de cálculo mais preciso que já existiu. Dois grandes homens, Kepler e Galileu, personificam esta fase decisiva da história em que a ciência da medição abandonou a observação antiga, já aperfeiçoada, mas ainda

feita pela visão simples, para recorrer à visão telescópica... Encontradas de forma puramente empírica, as três leis de Kepler pertencem inteiramente à época da visão natural, ou seja, à época Tychoniana: elas derivam mesmo das próprias observações de Tycho-Brahe, embora a impressão do livro *De motibus stelloe Martis* não tenha sido concluída até 1609, e a terceira lei não foi exposta até 1619, no *Harmonia mundi*. O início do século XVII, quando se deu a passagem da visão natural à visão telescópica, foi mais importante para a astronomia e o conhecimento do céu do que o ano de 1492 para o do globo terrestre. Pelo seu engrandecimento, quase ao infinito, a esfera de nossa pesquisa e o alcance da visão, que nos é dada para lançar sobre a criação, foram ampliados. Lá assim tem estado incessantemente sobrecarregado de novos problemas, cuja difícil solução provocou um desenvolvimento inigualável nas ciências matemáticas. Foi assim que a astronomia se elevou progressivamente da concepção do sistema solar a um verdadeiro sistema do universo.

Vemos que a característica de Humboldt é problemática para marcar a passagem da astronomia de Copérnico, Tycho e Kepler para a astronomia do século XVII, sem ajudar com rupturas na concepção da história dos tempos posteriores. E que em nada expressa a revolução realizada em um século na teoria geométrica dos movimentos planetários, antes que o acaso trouxesse a passagem da visão natural à visão telescópica. Numa palavra, tem os defeitos de uma característica artificial, fundada num carácter único, que se sobressai à primeira vista, mas que não é o mais essencial. Para passar de Kepler a Newton, Galileu teve de lançar as bases da mecânica física; e não era necessário que ele tivesse despertado a curiosidade geral por seu *Nuncius sidereus*; como Colombo e Vespúcia haviam feito um século antes pelos relatos de suas viagens.

No entanto, esta mesma curiosidade, se não determinou a corrente das ideias, contribuiu muito para acelerar o seu progresso, e é assim que podemos explicar sincronismos tão singulares como aqueles que ele dispõe em questão. É na ordem das causas naturais que, submetidos a uma excitação comum, os espíritos desenvolvem sua atividade nos sentidos mais diversos, e que, sobre todos os caminhos por onde eles estejam engajados, alguns espíritos poderosos vão à frente dos outros, e contribuem ainda para estimulá-los e gravam uma época com seus nomes. E então, se depois de um estudo atento da história descobrirmos que essa explicação natural não é suficiente, que há tantas coincidências que se acumularam, sobretudo nas épocas críticas e nas quais deveriam ter

os efeitos mais consideráveis, ele não deverá se surpreender que as mais belas inteligências, em vez de ver nisso apenas um jogo de azar, reconhecem o dedo de



uma providência que preside os destinos da humanidade. Isso é o que nós poderíamos chamar de maravilhoso ou a parte divina da história. É uma tangente de escape neste mundo misterioso ou invisível no qual a razão do homem não pode penetrar de outra forma, sem por isso acreditar-se autorizada a caçar em vão a ideia como se fosse um fantasma.

Abstendo-nos de examinar esta questão suprema, teremos que daqui por diante multiplicar as comparações para justificar, melhor do que pelos hábitos de uma cronologia de pura convenção, a divisão dos tempos modernos em períodos seculares, bem caracterizados pela marcha geral dos acontecimentos, pela sucessão de ideias dominantes, pelas transformações operadas nas instituições religiosa e civis, na filosofia e nas artes, nas ciências e na indústria. Conseqüentemente, atribuiremos a cada século um livro particular, sem visar, aliás, uma precisão cronológica desnecessária ao nosso objetivo e que poderia se tornar motivo de constrangimento. Assim, para considerar apenas as revoluções da política, intentaríamos questionar se é apropriado acabar com o que chamamos de século dezessete, ou pela revolução inglesa de 1688 e pela humilhação do grande rei, obrigado a reconhecer em Ryswick, “o fato consumado”, ou pela abertura da sucessão espanhola em 1701, ou pela paz de Utrecht, que pôs fim a esta grande querela em 1713, e fundou um novo direito europeu. Da mesma maneira, qualquer calendário posto de lado, colocar-se-ia a questão de saber se é melhor datar o início do século dezenove, ou a explosão de 1789, ou o apaziguamento da grande crise revolucionária dez anos mais tarde, ou ainda o retorno da paz em 1815. Um regresso que reagiu nas ideias e nas transformações económicas pelas quais o século dezenove se opôs sobretudo ao século anterior. (1 – Em 1809, o famoso *Comte de Maistre* não considerava por encerrado o século dezoito, quando anunciou, na XI entrevista das Soirees de Saint-Petersbourg, a chegada de uma espécie de messias filosófico, com a missão “de pôr fim ao século dezoito que ainda não tinha tido seu fim, porque os séculos intelectuais não são regidos pelo calendário como são os séculos propriamente ditos”. A culpa do filósofo altivo aqui é contar com um homem – e provavelmente seria ele mesmo – para operar o ponto de encerramento de um século: na fase atual da humanidade, só não pode ser a obra de outro século). Sobre questões semelhantes seria bom decidir se escrevemos uma história formal; mas observações gerais, como as que pretendemos apresentar, encontrarão sempre seu lugar sob um título ou outro, com menos de inconveniência, dado que não teríamos nada para submeter à escravidão de uma cronologia sistemática.

## REFERÊNCIAS

- COURNOT, A.; THIERRY LACOUR, P. C.; OLIVEIRA CHAIA, J.; MATOS LIMA MELO, F.; MUCURY TEIXEIRA, M.; MENDES SBERVELHERI, M.; ALVES TEIXEIRA, M. Considerações sobre o andamento das ideias e dos eventos nos tempos modernos: prefácio e capítulo primeiro. *Eleuthería - Revista do Curso de Filosofia da UFMS*, v. 5, n. 09, p. 156 - 173, 20 dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/reveleu/article/view/12163>>.
- COURNOT, A.; OLIVEIRA CHAIA, J.; ALVES TEIXEIRA, M.; FURTADO GOULART, P.; SANTOS DOS PRAZERES, R. Considerações sobre o andamento das ideias e dos eventos nos tempos modernos: capítulos segundo e terceiro. *Eleuthería - Revista do Curso de Filosofia da UFMS*, v. 6, n. 11, p. 169 - 196, 14 set. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/reveleu/article/view/13488>>.
- PEIXOTO, Katarina Ribeiro. The art of thinking: method and subjectivity in the Port-Royal Logic. *Unisinos Journal of Philosophy*, v. 18, n. 03, p. 155-166, 22 dez. 2017. DOI: <<https://doi.org/10.4013/fsu.2017.183.05>>.
- WÜRGLER, Andreas. Seigneurie territoriale. In: *Dictionnaire historique de la Suisse (DHS)*, version du 17.12.2013, traduit de l'allemand. Online: <https://hls-dhs-dss.ch/fr/articles/009927/2013-12-17/>, consulté le 05.02.2022.

